



PROSPECÇÕES PARA UM DESENVOLVIMENTO NACIONAL IGUALITÁRIO¹

Matheus Giesel Dörr²
Olinda Barcellos³

RESUMO

No presente trabalho se emprega a discussão do desenvolvimento nacional, sob uma perspectiva de igualdade de gênero, classificando-o no GT2: “Prospecções extensionistas no âmago do Direito”. Os métodos empregados são o dedutivo e o procedimento bibliográfico. Denota-se que o desenvolvimento nacional, objetivado pela República Federativa do Brasil no art. 3.º, II, da Constituição Federal de 1988, implica em promover o desenvolvimento econômico aliado de parâmetros norteadores, protegendo as garantias fundamentais estabelecidas pela lei, sem este sobrepujar quaisquer outros direitos. As amarras sociais que atuam como obstáculo, no que lhes concernem, devem ser quebradas, podendo todos se beneficiarem do crescimento econômico — concretizando uma controvérsia, visto que impera no Brasil a ideologia machista. As mulheres, na condição de inferioridade aos homens, são frequentemente excluídas do processo desenvolvimentista, cabendo ao Estado agir para alcançar a isonomia factual. Estudos recentes renovam as esperanças para findar este paradigma: as mulheres tendem a apresentar melhor desempenho financeiro em organizações comparado aos homens, possuindo melhor controle interno das empresas, elevando o seu otimismo e atuando mais eficientemente na estrutura do capital, com menores quedas nas ações e maiores possibilidades de atuação no mercado. Conforme novas evidências surgem no campo científico, das competências de atuação femininas, espera-se que antigas ideias excludentes não mais imperem, e que novas iniciativas prospectem um desenvolvimento igualitário, tal qual estabelecido pela Organização das Nações Unidas, no 5.º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, visando eliminar todas as práticas nocivas às mulheres, assegurando que elas participem do processo decisório econômico, político e público.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional. Igualdade. Desempenho financeiro.

REFERÊNCIAS

¹ Resumo simples elaborado a partir de pesquisas realizadas na disciplina de Economia Política, no curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria.

² Discente do Bacharelado em Direito, 2º semestre, da Faculdade de Direito de Santa Maria. E-mail: matheusdorrl@gmail.com

³ Orientadora. Prof.ª Dra. da FADISMA, FAPAS e ACADEPOL. Comissária de Polícia Civil do RS. E-mail: barcellos.olinda@gmail.com



BAMBIRRA, Felipe Magalhães; SANTOS NETO, Arnaldo Bastos. O objetivo fundamental de “garantir o desenvolvimento nacional” na constituição federal de 1988: análise de um conceito jurídico indeterminado. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 241-259, 2017.

BORTOLUZZO, Adriana Bruscato; MATAVELLI, Ieda Rodrigues; MADALOZZO, Regina. Determinantes da Distribuição da (Des)igualdade de Gênero entre os Estados Brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 161-188, jan./mar. 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Sustainable Development Goals 5: Igualdade de Gênero: As Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PEIXINHO, Manoel Messias; FERRARO, Suzani Andrade. Direito ao desenvolvimento como direito fundamental. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 16., 2007, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2007. p. 6952-6973. Tema: “Pensar Globalmente: Agir Localmente”. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/_integra_bh.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

REIS, Felipa Lopes dos; TORCATO, Silvia Mota. O impacto da diversidade do gênero na eficiência da gestão e sua influência no PNB de um país. **Economia Global e Gestão**, v. 15, p. 73-89, 2010.

VIEIRA, Kelmara M.; VALCANOVER; Vanessa M.; POTRICH, Ani C. G.; CAVALHEIRO, Everton A. Minha empresa e eu: traços de personalidade do empreendedor e escolha da estrutura do capital. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 21, n. 6, p. 1-34, 2020.